

Porto Maravilha:

para onde vai este legado?

Porto Maravilha:
what about the Olympic legacy?

RICARDO FERREIRA FREITAS

Doutor em Sociologia pela Universidade Paris V/Sorbonne e professor titular da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
rf0360@gmail.com

MARIA HELENA CARMO DOS SANTOS

Doutora em Comunicação pela UERJ, mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora das Faculdades Integradas Hélio Alonso
mhcarmo@yahoo.com.br

RESUMO: Projeto de requalificação da região portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha está diretamente associado à candidatura vitoriosa da cidade aos Jogos Olímpicos 2016. Três anos após a realização do megaevento, interessa-nos discutir qual o impacto da Rio 2016 para a paisagem urbana e, conseqüentemente, para a imagem que se queria construir para o novo porto.

PALAVRAS-CHAVE: Porto Maravilha. Rio 2016. Megaevento. Legado olímpico.

ABSTRACT: Porto Maravilha is directly associated with Rio de Janeiro's successful bid for the 2016 Summer Olympics. Three years after the mega-event, we are interested in discussing the impact of Rio 2016 on the urban landscape and, consequently, on the image-making expected for the new port.

KEYWORDS: Porto Maravilha. Rio 2016 Summer Olympics. Mega-event. Olympic Legacy.

Introdução

Em 2009, o Rio de Janeiro é eleito cidade-sede dos Jogos Olímpicos. No Dossier Rio, o megaevento seria a oportunidade de acelerar a transformação do Rio de Janeiro para uma verdadeira cidade internacional, com o aprimoramento do tecido social, físico e ambiental da cidade, o que incluiria a renovação da zona portuária.

Embora os Jogos tenham um ciclo de vida de, aproximadamente, 15 anos, desde o momento da primeira candidatura, a participação do processo de eleição até os efeitos posteriores do evento olímpico (GUALA, 2007, p. 77), o “período olímpico” pode se estender por mais tempo: 1) pré-evento pode levar duas décadas, até a cidade desenvolver um plano de candidatura de sucesso; 2) durante, entre 16 e 17 dias dos Jogos; 3) e pós-evento, o menos planejado, que se estende por décadas (CASHMAN, 1998, p. 109). Considerando essa última fase, que pode afetar a economia e as finanças da cidade-sede, interessa-nos refletir como tem se desenvolvido um dos legados dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro — o Porto Maravilha.

O Rio de Janeiro e seu Porto Maravilha

O Rio de Janeiro foi, ao longo de grande parte de sua história, uma cidade porto, em que “as frentes de água” e o espaço destinado aos “processos de transporte (desde navegação, organização logística, recrutamento de pessoal até as atividades complementares) não admitiam uma divisão entre uma área especializada, o porto, e o resto da cidade” (FERREIRA; INDOVINA, 1999, p. 10).

Maior porto importador do Brasil à época do governo de Pereira Passos¹, sua modernização representava um papel fundamental no equilíbrio das contas federais. Na perspectiva do presidente Rodrigues Alves, a modernização do porto era concebida como a obra de maior relevância:

As condições gerais de salubridade da capital, além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de águas, de um sistema regular de esgoto, da drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar.

Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de saneamento do porto, que têm de constituir a base do sistema e não de con-

correr não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições do trabalho, as do comércio e o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas. (ALVES, 1903, p. 10).

Naquele momento, segundo Abreu (1987, p. 19), “era preciso também criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais”. Ao mesmo tempo, uma política de governo em nível municipal e federal, a grande reforma embelezava a cidade, atacava a insalubridade crônica da capital federal, “preparava a direção de expansão do uso residencial para burguesia urbana” (PINHEIRO; RABHA, 2004, p. 46) e enfrentava a urgente modernização do porto, um importante motor da economia nacional agrário-exportadora.

Nos quatro anos de governo, o presidente Rodrigues Alves mencionou as obras do porto, o embelezamento da região central e o combate às epidemias como estratégias de projeção da imagem externa da cidade e, consequentemente, do país com o objetivo de atrair braços, ou seja, imigrantes, e capitais. Abreu (1987, p. 60) frisa que “era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto” ao mesmo tempo em que se criava uma nova capital, símbolo do “principal país produtor do mundo”.

Na década de 1960, o Rio de Janeiro perde importância no comércio marítimo brasileiro (ATRÁS DO PORTO EXISTE UMA CIDADE, p. 2009, p. 27). Além disso, com a transferência da capital federal para Brasília, as crises econômicas e a construção do Viaduto da Perimetral (que ligava a zona sul à Avenida Brasil), a região portuária da cidade sofreu um processo de degradação urbana. Soma-se a esses fatores, a mudança da economia de produção para a de serviços, em que a “cidade porto” do Rio de Janeiro demandava uma transformação para a “cidade com porto”.

E os núcleos dessas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por complexos de serviços. Na configuração urbana típica, o centro metropolitano urbano é formado por um conjunto de serviços e controle — atividades políticas (executivas, legislativas, judiciárias), religiosas, financeiras, sindicais, de informática, financeiras, fiscais etc. ao redor das quais se organizam outros serviços que atendem necessidades da população (escolas, hospitais, cinemas, centro de culturas, e lazer)... O que hoje em dia “organiza” a

aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços, que constitui sua razão de ser (SINGER, 1996, p. 129).

Esse fluxo de serviços vem transformando áreas portuárias e bairros arredores decadentes e abandonados em espaços de turismo, lazer e negócios, como em Baltimore, Barcelona, Cidade do Cabo, Buenos Aires, Roterdã e Hong Kong (GÔES, 2010, p. 7). Nesse cenário, muitas cidades argumentam que a intervenção urbanística justifica-se por sediarem megaeventos.

Molas propulsoras do desenvolvimento da economia da cidade, os grandes eventos surgem como acontecimentos ocasionais (INDOVINA, 1999, p. 18), típicos de uma economia de serviços e recurso discursivo para o *branding* de cidades (e de países) e, em menor escala, de lugares, como o porto do Rio de Janeiro, agora Porto Maravilha². A partir dos Jogos Panamericanos de 2007, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou a “década de ouro”³ dos grandes eventos, com os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à cidade-sede dos Jogos Olímpicos, o projeto urbanístico Porto Maravilha é uma das quatro “prioridades-chave, integradas em um planejamento de longo prazo: transformação da cidade, inserção social (habitação, treinamento e emprego), juventude e educação e esportes” (COMITÊ RIO 2016, 2009, p. 22).

O projeto permitirá a realização de melhorias estruturais e a criação de instalações para os navios de cruzeiro, sempre com um foco turístico. Toda a área do porto, com seus prédios antigos e docas históricas, se tornará uma atração cheia de vitalidade, no coração do Rio. Importantes obras no setor de habitação, transporte e serviços públicos darão uma nova vida ao porto que será mais uma vez reintegrado ao centro da cidade. (IDEM, p. 34).

Reinventar-se, portanto, o porto da cidade, inserindo-o em um projeto maior — a então Cidade Olímpica. Na área portuária, antes um espaço de produção, o projeto urbanístico Porto Maravilha apresenta-se como um espaço de serviços, de cultura e lazer, “cuja potencialidade é praticamente ilimitada” (ARGAN, 1998, p. 215). Em resumo, um espaço de consumo.

Conforme o conceito de “cidade com porto”, em uma perspectiva de reconquista da frente de água, o discurso do projeto vai ao encontro das políticas de requalificação urbana que privilegiam “o tempo livre à disposi-

ção dos cidadãos que, deste modo, reivindicam um correspondente espaço público” (FERREIRA; INDOVINA, 1999, p. 10) e de uma economia de serviços que torna as cidades também produtos/marcas atraentes para investidores e turistas. Seguindo essa perspectiva, precisam mostrar-se competitivas ao mercado, criar base para novas atividades econômicas, como parques tecnológicos, complexos para feiras e congressos, além de fazer intervenções na sua base produtiva, como processo de reconversão de zonas portuárias (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 120).

Parkerson e Saunders (2005, p. 242) argumentam que, diferentemente das marcas de produtos e de serviços, impulsionadas pelas forças do mercado, as cidades respondem à necessidade de diversificar suas economias locais depois do declínio industrial para atrair turismo, investimentos e eventos de ‘marca’, numa clara estratégia de *branding* urbano, como um componente essencial ao planejamento estratégico da marca-cidade. No caso do Porto Maravilha, o projeto torna-se viável em virtude dos Jogos Olímpicos, um legado tangível do megaevento.

O legado olímpico

Segundo Fussey (2011, p. 149), desde 1956, em Melbourne, Austrália, quando o legado olímpico foi mencionado pela primeira vez, tem havido uma clara conexão entre os megaeventos e a reconfiguração do espaço urbano. Apesar de haver controvérsias sobre a definição de megaevento, pode-se entendê-lo como um fenômeno urbano comunicacional. Jogos Olímpicos e Copa de Mundo de Futebol são planejados para atingir público alvo global, o que demanda cobertura midiática internacional (ROCHE, 2000; GUALA, 2007; BURBANK et al, 2002), e podem “servir como vitrine para a cidade sede ou país” (BURBANK et al, 2002, p. 33). Seguindo um pensamento semelhante, para Roche⁴ (2002), a Olimpíada exemplifica uma economia globalizada em que o discurso em relação ao desenvolvimento urbano é essencial para a realização dos grandes eventos. Para Chito Guala (2007, p. 37), os Jogos Olímpicos são o mais importante acontecimento esportivo para investimentos, comunicação, obras públicas e iniciativa privada — uma grande ocasião à requalificação e à promoção da cidade, como sugere o *Legacies of the Games* (IOC, 2013b) ao citar Barcelona em que os Jogos mostraram uma “nova e excitante cidade para o mundo e ajudaram a Espanha a melhorar a imagem do país”.

De acordo com a publicação *Olympic Legacy* (IOC, 2013a, p. 30), um dos mais importantes impactos dos Jogos é o aumento da atividade econômica e produtiva ou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), como aconteceu em Atlanta 1996, que registrou 5 bilhões de dólares em impacto econômico em razão dos Jogos. Estudo realizado pela *Oxford Economics*, a pedido do Lloyds Bank, estima que os Jogos Londres 2012 poderiam gerar 16,5 bilhões de libras (cerca de R\$ 75 bilhões) para a economia britânica de 2005 para 2017, o que corroboraria com o impacto a longo prazo do megaevento.

Segundo Neale Coleman, vice-presidente da Cia. do Legado de Londres, “uma das razões para a gente colocar os Jogos aqui (...) foi estimular o desenvolvimento do leste da cidade, onde havia muitos terrenos baldios para acomodar o crescimento de Londres” (GLOBO NEWS, Série Cidades Olímpicas — Londres, 6/10/2015). Tracy Halliwell, Diretor de Turismo de Negócios de Londres, também reforça o interesse local: “Nós estávamos muito preocupados em mostrar, não apenas durante a Olimpíada, mas passar a imagem de que Londres era um destino receptivo e que tinha interesse em atrair novos negócios” (IDEM). Isso demonstra que a transformação urbana e territorial se coloca no centro da discussão dos megaeventos.

Guala (2007, p. 39) cita Essex e Chalkley em termos da correlação entre os Jogos e o território, ou melhor, o impacto dos grandes eventos: 1) baixo impacto, como em Londres 1948, em clima de austeridade do pós-guerra; 2) médio, como em Atlanta 1996, onde o Parque Olímpico Centenário foi o maior espaço verde construído nos Estados Unidos em 25 anos, em uma área industrial degradada, segundo o documento *Legacies of the Games* (IOC, 2013b), do Comitê Olímpico Internacional; e 3) alto, como em Barcelona 1992, exemplo de um grande desenvolvimento urbano.

Em Atenas 2004, segundo a mesma publicação, os Jogos foram responsáveis “pela melhoria na infraestrutura turística, com o “aumento de qualidade das acomodações da rede hoteleira, restauração de centenas de prédios e remoção de *outdoors* ilegais pela cidade”. Em contrapartida, Atenas 2004 representou outra faceta de um megaevento esportivo: o custo social, econômico e político que a cidade-sede precisa enfrentar durante e, principalmente, pós Jogos. Na opinião de Nikos Kaklamanakis, velejador, medalhista olímpico em Atenas 2004: “Acho que não fizemos o que deveríamos. Todo o dinheiro e conhecimento gasto não estão voltando a quem pertence. Ao povo, que pagou a maior parte”. (GLOBO NEWS, Série Cidades Olímpicas — Atenas, 5/10/2015). Richard Cashman (1998, p. 111) alerta que a maioria das cidades não faz planejamento pós-evento, seja porque o Comitê Local

já encerrou os trabalhos, quando se começa a discutir seriamente sobre o legado; seja porque é percebido como custo adicional, e os organizadores não realizam que isso contribui para recuperar investimentos, a exemplo do turismo, por exemplo.

Em várias cidades-sede, tem havido aporte de recursos da iniciativa privada e/ou pública para a ampliação ou reconversão de uma instalação olímpica como retorno para a sociedade:

A Universidade George Tech ficou com a Vila Olímpica e o Complexo Aquático. O Complexo ganhou uma academia de ginástica e um segundo andar, com seis quadras de basquete e um salão de dança. Foram 45 milhões de dólares investidos pela George Tech para transformar o espaço para recreação da comunidade de George Tech. (GLOBO NEWS, Série Cidades Olímpicas — Atlanta, 7/10/2015).

Situação semelhante acontece com os parques olímpicos. Em Londres, o governo britânico investiu 300 milhões de libras para transformar o parque no *Queen Elizabeth Olympic Park*, que incluiu moradias, novas escolas, empreendimentos corporativos, centros médicos e instalações esportivas (IOC, 2013b, p. 2). Mas, embora os Parques Olímpicos de algumas cidades-sede não gerem recursos suficientes para a manutenção, o governo local mantém esses espaços por causa do valor simbólico ou do bem-estar da população. Especificamente sobre Londres, o Parque Olímpico foi projetado com arquitetura e design inclusivo:

Os projetos do Leste de Londres têm orçamento dedicado, definido anualmente, pela Prefeitura. Um programa de 5,5 milhões de libras garante acessibilidade dentro do parque e incentiva o esporte. Essa é uma das iniciativas do legado paralímpico: um clube de ciclismo para portadores de deficiência. Eles se reúnem duas vezes por semana em frente ao velódromo. O projeto atrai até 60 participantes por dia — não só deficientes; as famílias também são bem-vindas. (GLOBO NEWS, Série Cidades Olímpicas – Londres, 6/10/2015).

Resumindo, para o Comitê Olímpico Internacional, por meio do *Olympic Legacy* (2013a, p. 5), legado significa “benefícios duradouros que podem modificar, de forma considerável, uma comunidade, sua imagem e a infraestrutura” e se divide em cinco categorias: esportivo (instalações dos

Jogos e fomento à prática esportiva); social (promoção de cultura, educação e inclusão); meio ambiente (novas formas de energia e medidas para redução do impacto da realização dos Jogos); urbano (investimento em infraestrutura de transporte, capacidade hoteleira, requalificação de áreas degradadas); e econômico (estímulo à atividade produtiva, principalmente via turismo). Legado, para o COI, tem um caráter positivo para a cidade-sede (e país). No entanto, segundo Da Costa (2007) e Preuss (2007), o legado de um megaevento pode ter um impacto positivo ou negativo. Da Costa (2007) sugere que há que se analisar o legado de forma tridimensional, ou seja, avaliá-lo considerando os preceitos de espaço e tempo, uma vez que esse acompanhamento precisa ser a longo tempo.

Preuss (2007, p. 212-213) também aponta a necessidade de se distinguir impacto de legado — aquele se refere a um impulso avaliado em curto prazo, um fato exógeno, como o consumo de visitantes para o evento; já legado implica um fluxo contínuo de retorno financeiro, o que pode vir a acontecer se o megaevento modifica a estrutura da cidade-sede, como o centro da cidade, que geralmente se beneficia por causa de projetos de reurbanização.

Legado tangível dos Jogos Rio 2016, o Porto Maravilha pode ser avaliado enquanto construção de discurso oficial e dos efeitos que o projeto produziu. No Dossiê de candidatura aos Jogos (2009, p. 22), o Porto Maravilha seria um “bairro residencial, de entretenimento e turismo, que renovará o elo entre o porto e o coração da cidade”, com “ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população”.⁵ Ancorado no projeto Rio 2016, o Porto Maravilha conjugaria, no mesmo espaço, duas características das estruturas para eventos, segundo Preuss (2007, p. 208, tradução livre): uma *hard*, que envolve segurança, redes de telecomunicações e atrações culturais; e outra *soft*, que valoriza a identidade cultural e a memória coletiva.

Parte dessa estrutura *hard* é constituída por ícones arquitetônicos, edifícios monumentais que funcionam como catalisadoras de ações no processo de desenvolvimento dos centros urbanos (HAZAN, 2002), bem semelhante aos ícones da Antiguidade Clássica, quando os “governantes utilizaram construções para atribuir uma nova vitalidade aos espaços urbanos, seja através de templos, seja através de monumentos” (IDEM). Mas com uma diferença: símbolos de poder e de *status* em tempos passados, esses marcos tinham uma identificação com a sociedade local. Por sua vez, os ícones da contemporaneidade têm uma concepção política que visa à projeção internacional, tendo a mídia como promotora desse símbolo além do espaço local

(IBIDEM). A arquitetura, assim como a cidade, se espetaculariza e se projeta mundialmente.

Esta definição dos ícones arquitetônicos pode ser estendida aos conjuntos e complexos urbanos, onde os próprios edifícios singulares concorrem para qualificar determinadas organizações espaciais construídas como icônicas, como praças, parques, logradouros, esplanadas etc. É importante destacar que as configurações espaciais naturais com características notáveis e espetaculares (acidentes geográficos e paisagens naturais), isoladamente ou em conjunto com ambientes construídos, possuem uma forte carga icônica (enquanto objeto e imagem) e são amplamente utilizadas como recursos e atrativos turísticos. (PAIVA, 2014, p. 108).

O ícone arquitetônico pode, portanto, ser um marco de um grande evento, símbolo de um processo de regeneração urbana, de reintrodução de áreas degradadas ao chamado tecido social da cidade. O Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã e o AquaRio fazem parte da nova paisagem urbana e da produção espacial do novo porto, como marcos “identitários” do “Porto Maravilha”. Por outro lado, enquanto estrutura *soft* (Preuss, 2005, p. 208), tem-se a valorização do patrimônio. Na visão de Gonçalves (2011, p. 47), há uma busca “obsessiva pela autenticidade” que pode ser vendida como uma mercadoria, um selo distintivo que (re)posiciona o patrimônio como diferenciado frente a outros “objetos de patrimônio”, atribuindo um sentido de lugar para um território, região, cidade, ao mesmo tempo em que simboliza uma representação de um grupo social, como o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana⁶, a exemplo do Cais do Valongo e da Imperatriz: “Verdadeiro e valioso tesouro da nossa história, serão recuperados e farão parte de um memorial a céu aberto” (PAES, 2011, p. 2).

O Porto Maravilha pós-Rio 2016

Nesse contexto de concepção do espaço urbano, o Porto Maravilha representa uma fórmula de um processo contemporâneo chamado de “espetacularização das cidades” (JEUDY, 2005), o que geralmente implica, em um primeiro momento, numa patrimonialização, ou seja, em valorizar o patrimônio herdado e construir novos.

A designação de patrimônio ou de valor patrimonial torna os objetos produtos para consumo visual, turístico ou de sustentação de um mercado urbano de lazeres (BEZERRA, 2014, p. 46) que, quando atrelado a projetos de intervenções, como o Porto Maravilha, são “a chave para o reordenamento do território e mudança imagética da urbe”, atendendo a um apelo global de investimentos para gerar riquezas (IDEM, p. 48).

O patrimônio é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma ideia pacífica de espaço público, construído com base em uma suposta ideia de passado comum e de tradições compartilhadas. Sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, os centros históricos alvos de requalificação são uma alegoria desse espaço público idealizado, supostamente perdido, que urge recuperar. (LEITE; PEIXOTO, 2009, p. 94).

Como parte de um patrimônio ressignificado e/ou construído, embalado como “novo”, a área da Praça Mauá torna-se o coração do projeto Porto Maravilha, com o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, construído por Santiago Calatrava, “um dos mais importantes arquitetos da atualidade, um dos responsáveis pela revitalização do porto de Buenos Aires — é de sua autoria a Puente de la Mujer — e da cidade de Valência, com a Cidade das Artes e das Ciências —, entre outros projetos de importância internacional”⁷ e o prédio histórico do Touring Club do Brasil⁸, que recebe o evento de decoração Casa Cor 2019⁹ e onde será inaugurado o mercado municipal do Porto¹⁰, inspirado no Mercado da Ribeira¹¹, em Lisboa.

Outra obra icônica, o AquaRio, o maior aquário da América Latina¹², contribuiria para a promoção econômica e imagética da região/cidade, colaborando para a expansão do tecido urbano e incentivando sua ocupação. Ou seja, compõe uma paisagem idealizada urbana para estimular a sociabilidade no espaço público e essa mesma ascensão se torna um produto a ser consumido. Próximo ao AquaRio e ao Aqwa Corporate, um dos edifícios corporativos do porto, foi construída uma roda gigante, a Rio Star, ao estilo da *London Eye*, localizada na capital inglesa, com inauguração ocorrida em novembro de 2019 (RIBEIRO, 2019).

Os armazéns ao longo da frente d’água representam outro símbolo discursivo nesse processo de requalificação do Porto Maravilha. Os armazéns 01, 02 e 03, construídos entre os anos de 1908 a 1911 e tombados em 1992, foram convertidos em novos usos, como o YouTube Space Rio, am-

biente voltado para a gravação e a profissionalização de conteúdo produzido por usuários do YouTube, e espaços para a realização de eventos de moda, gastronomia, arte e música.

Os museus de Arte do Rio e do Amanhã, a Praça Mauá, o AquaRio, os armazéns, o prédio Touring contribuem para a reconfiguração de um composto de novas paisagens urbanas, construídas ou recuperadas ao longo da operação Porto Maravilha, como discurso de valorização do lugar que “renasceria” como parte do legado olímpico. Assim como os Jogos atraem interesse midiático global e potencializam a imagem da cidade-sede, projetos relacionados ao megaevento também têm ampla cobertura da mídia como se fosse um recurso legitimador, por exemplo, de um projeto como o Porto Maravilha.

O predomínio da linguagem visual parece ser uma das características marcantes na produção e na fixação das novas sínteses, acompanhadas de breves mensagens centrais, combustíveis-chave do sucesso publicitário. À abundância quantitativa das formas visuais — material publicitário, vídeos, pôsteres, exposições, websites, mostras fotográficas —, corresponde a um pequeno número de palavras tecnicamente ordenadas e repetidas como elementos de fixação. Os meios utilizados estão voltados a públicos dirigidos, potenciais “compradores” da cidade. Mas o bom relacionamento entre governo urbano e mídia se constituiu em fato político central para o sucesso das campanhas promocionais e, por conseguinte, da política de comunicação da administração pública. (SÁNCHEZ, 2010, p. 464-465).

No entanto, três anos após o Rio 2016, é possível avaliar alguns impactos. Os aparatos culturais símbolos do Porto Maravilha (MAR e Museu do Amanhã) e, portanto, parte do legado olímpico, enfrentam dificuldades financeiras e correm risco de fechamento por falta de recursos da Prefeitura (CAMPBELL, *online*, 28/6/2019). Problema semelhante acontece com o consórcio VLT Carioca (Veículo sobre Trilhos), que “acusa a prefeitura de descumprimento de contrato e inadimplência e diz que já está em R\$ 150 milhões o total devido pelo município pelos investimentos para a implantação das linhas de VLT” (LISBOA, *online*, 4/7/2019,) e de que o ente público não autoriza o início de funcionamento da linha 3 do modal e com os túneis Marcello Alencar e 4,50 (ALTINO, 2019). Além disso, alguns projetos não saíram do papel, como a construção de prédios residenciais e a conversão do Moinho

Fluminense (patrimônio tombado pela Prefeitura em 1987) em complexo corporativo. Conjunto arquitetônico de 100 mil m², o Moinho Fluminense foi a primeira fábrica de moagem de trigo no Brasil, que funcionava na área portuária desde o fim do século XIX e era responsável pela produção de farinha que abastecia a maior parte das padarias do Rio de Janeiro. Vendido em 2013 para a *Vinci Partners*, uma plataforma de investimento, o complexo industrial teria um novo uso: “além dos cinco prédios tombados, a construção de duas novas torres, a transformação dos silos em um hotel; um centro médico; salas comerciais; salas de cinema; praça de alimentação; estação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e mil vagas de estacionamento” (CENTRO DE MEMÓRIA BUNGE, s./d, p. 15). A *Vinci Partners* teria solicitado a rescisão do contrato em 2017 e vendido o Moinho à *Autonomy Investimentos & Affiliates* (ALTINO, 2019).

Para Werneck, Novaes e Junior (2018, p. 12) “a crise financeira e política que o país e o estado atravessam” tem relação com a estagnação das obras na área portuária e isso vem impactando inclusive o setor imobiliário, a exemplo da Tisherman Speyer, uma das que mais vêm investindo na região, mas que “tem sido obrigada a refazer suas contas”¹³. Para as pesquisadoras do Observatório das Metrópoles, os Jogos contribuíram para manter um dinamismo na economia durante a crise que afetava o país, mas, já em 2016, o processo de desaceleração na cidade já havia começado.

Considerações finais

Há um processo de ressignificação simbólica da região portuária com o projeto Porto Maravilha, seja a partir da construção de empreendimentos-âncoras, como os museus e o AquaRio, ou de prédios corporativos e comerciais. Ao mesmo tempo, elementos culturais ‘autênticos’, como o Circuito Africano vêm sendo apropriados, ‘reinventados’ por estratégias de comunicação e de marketing para fortalecer a projeção da imagem do lugar. Por outro lado, o setor público vem sendo acusado de cortes de verbas para os dois principais aparatos culturais (MAR e Museu do Amanhã) e de falta de pagamentos para as concessionárias que administram serviços de transporte e de infraestrutura. Em relação à taxa de ocupação, ainda permanece alta a vacância nos prédios. Em um primeiro momento, a experiência do Rio 2016 nos aproxima de Atenas 2004, que enfrentou uma forte crise pós-megaevento.

Em que momento o legado deixou de ser um mero recurso narrativo de legitimação dos Jogos? Considerando que o megaevento é um “produto”

que impacta diretamente a cidade-sede, com consequências para a economia, para a percepção de moradores, turistas e investidores, é importante acompanhar como a gestão pública lida com os investimentos realizados no pós-evento. Nesses primeiros anos após os Jogos, tem-se percebido movimentos opostos: deterioração do serviço público ao mesmo tempo em que há transferência de algumas empresas de outras áreas da cidade para a zona portuária e um aumento de circulação de turistas. Mas como essa imagem de 'renascimento' do porto irá se sustentar? Ao que parece, nesse primeiro momento, é que há avanços e perspectivas de retrocesso. Mas, como pesquisadores dos efeitos de megaeventos argumentam, os impactos são a longo prazo. Um desafio para um objeto em transformação. E para a imagem da cidade-sede.

Notas

1 Francisco Franco Pereira Passos foi prefeito do Rio de Janeiro de 1902 a 1906, quando a cidade ainda era capital do Brasil. A reforma Pereira Passos transformou o centro da cidade do Rio de Janeiro com obras de urbanização da capital, que incluía a abertura da Av. Central, atual Avenida Rio Branco.

2 Complementando, a Operação Urbana Porto Maravilha é uma parceria público-privada entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Concessionária Porto Novo, formada pela Odebrecht, OAS e Carioca Christian-Nielsen Engenharia. Durante 15 anos (2011-2026), a Concessionária irá fazer uma gestão integrada do serviço com uma taxa interna de retorno de 10,21% (GLOBO NEWS, Programa Cidades e Soluções, 30/3/2015).

3 Denominação oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?article-id=1127038>. Acesso em: 30 jun. 2019.

4 Conferir Olympic and Sport Mega-Events as Media Events (p. 3). Disponível em: <http://library.la84.org/SportsLibrary/ISOR/ISOR2002c.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

5 Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em: 19 jun. 2019.

6 Segundo o site Porto Maravilha, “após o início das obras do Porto Maravilha, estudos e escavações arqueológicas trouxeram à tona a importância histórica e cultural da Região Portuária do Rio de Janeiro para a compreensão do processo da Diáspora Africana e da formação da sociedade brasileira. Achados arqueológicos motivaram a criação, pelo Decreto Municipal nº 34.803, de 29 de novembro de 2011, do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, para construir coletivamente diretrizes para implementação de políticas de valorização da memória e proteção deste patrimônio cultural”. Além do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, compõem este circuito a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José

Bonifácio. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em: 19 jun. 2019.

7 Conferir site do Museu do Amanhã. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br>. Acesso em: 19 dez. 2019.

8 Construído em 1920, com projeto do arquiteto francês Joseph Gire, responsável também pelos projetos do Copacabana Palace e do Hotel Glória, o prédio do Touring do Brasil foi, durante anos, terminal de passageiros do porto.

9 A primeira edição da mostra Casa Cor no centro da cidade foi no prédio AQWA Corporate em 2017. Apesar do discurso da Prefeitura de que o projeto Porto Maravilha incluiria a construção de prédios residenciais, em quase 10 anos somente há prédios corporativos e comerciais.

10 O projeto, que terá início após a Casa Cor 2019, está sendo denominado “Mercado Carioca do Porto”. Disponível em: <http://www.bestfork.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2019.

11 Mercado gastronômico localizado no Cais do Sodré, em Lisboa, Portugal, inaugurado em maio de 2014. Disponível em: <https://www.timeoutmarket.com/lisboa/conceito>. Acesso em: 14 jul. 2019.

12 Conferir site do AquaRio. Disponível em: <https://www.aquariomarinhodoborio.com.br>. Acesso em: 19 dez. 2019.

13 Disponível em: <https://relatorioreservado.com.br/o-rio-de-janeiro-cobra-seu-preco>. Acesso em: 14 jul. 2019.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IphanRio / Zahar, 1987.
- ALTINO, Lucas. Concessionária anuncia devolução de túneis Marcello Alencar e 450 à prefeitura do Rio. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/concessionaria-anuncia-devolucao-de-tuneis-marcello-alencar-450-prefeitura-do-rio-23905107>. Acesso em: 29 set. 2019.
- ALTINO, Lucas. Moinho Fluminense é vendido e gera expectativa sobre nova

- etapa de revitalização do Porto. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/moinho-fluminense-vendido-gera-expectativa-sobre-nova-etapa-de-revitalizacao-do-porto-23814612>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional**. Biblioteca da Presidência da República, 3 mai. 1903. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/rodrigues-alves/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-primeira-sessao-da-quinta-legislatura-1903>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ATRÁS DO PORTO EXISTE UMA CIDADE. **Porto Maravilha**. Rio de Janeiro, 2009.
- BEZERRA, Roselane Gomes. Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada. **Fórum Sociológico**, n. 25, p. 45-51, 2014. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/931>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local & Global: management of the cities in the information age**. London: Earthscan Publications, Ltd, 1997.
- BURBANK, Mathew; ANDRANOVICH, Greg; HEYING, Charles. Mega-Events, Urban Development and Public Policy. **The Review of Policy Research**, v. 19, n. 3, p. 179-202, 2002.
- CAMPBELL, Tatiana. Museu de Arte do Rio pode fechar as portas em setembro. **Band News FM Rio**, 2019. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/museu-de-arte-do-rio-pode-fechar-as-portas-em>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- CASHMAN, Richard. Olympic Legacy in an Olympic City: Monuments, Museums and Memory. In: BARNEY, R. K et al. **Global and Cultural Critique: Problematising the Olympic Games — Fourth International Symposium for Olympic Research**. Londres: University of Western Ontario, 1998, pp. 107-114.
- CENTRO MEMÓRIA BUNGE. **Histórico Moinho Fluminense** (s./d). Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-moinho-fluminense.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DACOSTA, Lamartine. Beijing 2008 e a Busca de um Modelo de Avaliação e de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos (Modelo 3D). **III Fórum Olímpico**. São Paulo: USP, set. 2007.
- COMITÊ RIO 2016. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016**. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/594>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- FERREIRA, Vítor Matias; INDOVINA, Francesco (Orgs.) **A Cidade da Expo'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa? Lisboa: Editorial Bizâncio**, 1999.
- FUSSEY, Pete; CLAVELL, Gemma Galdon. Introduction: towards new frontiers in the study of mega-events and the city. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 2, p. 149-155, jul./dez., 2011.
- GÓES, Felipe. A Cidade Maravilhosa cria um porto à sua altura. In: ANDREATTA, Verena. **Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- GLOBO NEWS. **Série Cidades Olímpicas – Atenas**. Publicado em: 5 out. 2015.
- GLOBO NEWS. **Série Cidades Olímpicas – Atlanta**. Publicado em: 7 out. 2015.
- GLOBO NEWS. **Série Cidades Olímpicas – Londres**. Publicado em: 6 out. 2015.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia e Planejamento Urbano. Duas categorias, um só campo? **E-metrópolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 6, ano 1, p. 43-51, set., 2011.
- HAZAN, Vera Magiano. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. **Periódico Mensal Arquitectos**, [s./d.].
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). **Olympic Legacy**. Lausanne: International Olympic Committee, 2013a. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/

Legacy/2013_Booklet_Legacy.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

_____. Legacies of the Games. **International Olympic Committee**, 2013b. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/Legacy.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. **Cadernos Metrôpole**, n. 21, p. 93-104, jan./jun., 2009.

LISBOA, Vinícius. VLT Carioca pede autorização para rescindir contrato com prefeitura. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-07/vlt-carioca-pede-autorizacao-para-rescindir-contrato-com-prefeitura>. Acesso em: 14 jul. 2019.

LUCENA, Felipe. Grupo paulista compra Fábrica do Moinho Fluminense. **Diário do Rio**, 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/grupo-paulista-compra-moinho-fluminense>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PAES, Eduardo. Porto Maravilha, preservando a história, a arquitetura e a cultura da Região Portuária. **Revista Porto Maravilha**, n. 4, p. 2, abr., 2011. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/uploads/revistas/c9907fd479ac30a98ca1d398112007e3.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Anpuh)**, v. 16, n. 1, p. 107-123, mai., 2014.

PARKERSON, Brenda; SAUNDERS, John. City branding: Can goods and services

branding models be used to brand cities? **Place Branding**, v. 1, n. 3, p. 242-264, 2005. PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas; RABHA, Nina Maria de Carvalho. **Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2004. PREUSS, Holger. The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies. **Journal of Sport & Tourism**, v. 12, n. 3-4, p. 207-227, 2007.

RIBEIRO, Carolina. Porto Maravilha ganha nova atração. Roda-gigante inspirada na London Eye será inaugurada em novembro. **O Fluminense**, 2019. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/2019/08/1117868-porto-maravilha-ganha-nova-atracao.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.

ROCHE, Maurice. **Mega-events modernity: olympics and expos in the growth of global culture**. Londres: Routledge, 2000.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado global**. 2ª ed. Chapecó-SC: Argos, 2010.

SINGER, Paul. **A Economia dos Serviços**, 1996. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_dos_servicos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

WERNECK, Mariana da Gama e Silva; NOVAES, Patrícia Ramos; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. A estagnação da dinâmica imobiliária e a crise da operação urbana do Porto Maravilha. **Observatório das Metrôpoles**, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/74637946-A-estagnacao-da-dinamica-imobiliaria-e-a-crise-da-operacao-urbana-do-porto-maravilha.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Recebido em: 09/10/2019

Aprovado em: 18/12/2019